

## A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA IMPRESSA NA GESTAÇÃO DO NACIONALISMO PALESTINO PRÉ-1948

*Uitoria Paschoal Baldin<sup>1</sup>*

### Resumo

Este trabalho pretende apresentar e analisar, a partir de revisão bibliográfica, a importância da mídia impressa no desenvolvimento do nacionalismo palestino entre o final do Império Otomano até a fundação do Estado de Israel. Argumenta-se que os jornais e outros sistemas de publicação financiados por famílias nobres locais auxiliou na gestação e disseminação de sentimentos nacionalistas na população. A partir disso, movimentos populares de amplo alcance, como a revolta árabe de 1936, foram possíveis e criaram-se bases para a consolidação nesses imaginários após os eventos de 1948. Dessa maneira, há expressões do nacionalismo palestino anterior à formação do Estado de Israel, em que a mídia teve papel central nesse processo.

**Palavras-chave:** *Palestina; Filastin; Jornalismo; Literatura; Nacionalismo.*

### INTRODUÇÃO

Segundo Demant (2001) as ideologias são parte essencial da base socioeconômica e de poder e servem, essencialmente, para dois propósitos. Elas dão forma e substância às identidades coletivas, auxiliando na delimitação do “Nós” e dos “Outros”. Além disso, elas atuam como legitimação da história de determinado grupo e auxiliam na compreensão de mundo, articulando desejos, sonhos e programas de ação sob a realidade. Nesse sentido, as questões ideológicas e territoriais que se articulam no desenvolvimento da configuração atual das regiões de Gaza e da Cisjordânia têm como princípio certas identidades coletivas que emergem na região ao final do Império Otomano. Ou seja, vários sentimentos nacionalistas diferentes emergiram, alguns sequencialmente, alguns simultaneamente em

---

<sup>1</sup> Graduanda em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo.

diferentes países da região e ainda outros de forma sobreposta entre diferentes povos dentro do mesmo território geográfico, como o caso das comunidades palestinas e sionistas (KAMRAVA, 2013).

Para Demant (2001), as identidades nacionais têm quatro pontos básicos: religião, nação, classe social e relação indivíduo-grupo. A religião atua enquanto alívio das ameaças e medos, responde como conexão com o metafísico. Ela é, nesse sentido, “elástica, adaptando-se com êxito a um mundo em mudança tecnológica e até política. [...] A religião e a tradição tornam-se – permanecem – forças formidáveis que afectam a política, a sociedade e a cultura” (PAPPÉ, 2004, p. 36). Já a nação, conforme apontamos anteriormente, se configuraria como “comunidades que definem suas fronteiras por ascendência comum presumida, linguagem e costumes comuns, e/ou destino histórico compartilhado” (DEMANT, 2001, p. 205), normalmente relacionadas com um território específico, que passa a ser considerado ponto de referência para esse grupo. Nesse sentido,

o nacionalismo, a crença na peculiaridade da própria nação, geralmente está associado à aspiração por um Estado nacional, e é um fenômeno que define a modernidade: uma reação contra a discriminação de minorias e/ou grupos, segurança contra-ataques ao grupo ao qual se pertence, mas também um desejo de restaurar a conexão e a participação em um grupo social definido pela linguagem, costumes, destino histórico comum, etc. [...] Nacionalistas tenderam a construir um conceito essencialista de nação e a projetar na História sua (supostamente imutável) existência. (DEMANT, 2001, p. 205)

A consciência de classe organiza os grupos socioeconômicos dentro de uma sociedade, a partir de experiências compartilhadas. Esse conceito “formou a base das definições grupais, solidariedade, programas políticos e identidade tanto em sociedades pré-modernas quanto modernas” (DEMANT, 2001, p. 206). Normalmente, ela opera para organização de defesa mútua, gerando princípios de solidariedade e cooperação.

A relação indivíduo-grupo é o princípio mais frágil e menos vinculado à formação de uma identidade coletiva. Tal questão deriva da tradição liberal europeia e, geralmente, está associada à proteção dos direitos humanos dos cidadãos contra violações arbitrárias. Se baseia, essencialmente, na estruturação de um conjunto de regras políticas que garantam o acesso ao poder político por todo cidadão, através de mecanismos de pluralismo e dispersão desse poder. E, também, uma estrutura econômica que permita “a cada indivíduo buscar a riqueza, com interferência mínima do Estado, sendo o sucesso por mérito próprio e não por posições herdadas” (DEMANT, 2001, p. 208). Ainda nesse sentido, essa postura

se mistura com outros entendimentos derivados de religiões e tradições socialistas, como "solidariedade, acesso igual aos recursos econômicos, um *modicum* de justiça redistributiva e, por vezes, uma consciência ecológica quanto à responsabilidade compartilhada pelos recursos finitos da Terra" (DEMANT, 2001, p. 208). Esse princípio está fortemente vinculado à democracia, em que se busca chegar a um meio-termo que possibilite a coexistência pacífica entre os sujeitos e as comunidades, com base na livre comunicação e na resolução não violenta. Dessa forma, esses quatro elementos, ao longo do desenvolvimento das identidades judaicas e palestinas, formaram as bases para a ação política e social na região.

### O PAN-ARABISMO

Durante o domínio otomano, a maior parte da população palestina vivia em zonas rurais e dedicava-se ao cultivo da terra (PAPPÉ, 2007). A partir desse ponto, passaram-se a observar ondas de imigração cada vez maiores, não mais de judeus orientais, mas de judeus vindos da Europa com uma nova visão política que pregava o estabelecimento de uma nação judia. Nesse período, podemos também observar as primeiras expressões do nacionalismo árabe, mobilizado por jovens membros das famílias urbanas (PAPPÉ, 2004).

Isto é,

o mundo árabe do século XIX testemunhou um notável renascimento cultural e nacional. Com Beirute e Cairo como seus centros, surgiu um novo clima de literatura árabe, jornalismo, sociedades culturais e ideias cada vez mais nacionalistas. Essa atmosfera deixou sua marca na jovem elite de várias regiões árabes, incluindo palestinos que mais tarde se tornariam expoentes do nacionalismo cultural em seu país. (ABU-GHAZALEH, 1972, p. 37, tradução nossa).

Entretanto, é importante ressaltar que a "construção de uma consciência nacional é um processo quase místico. É particularmente difícil especificar os seus inícios e mecanismos" (PAPPÉ, 2004, p. 76). A história no nacionalismo Palestino é, nesse ponto, atravessada pelo nacionalismo árabe em geral. É no início da década de 1870 que se iniciam os movimentos de intelectuais árabes que questionam o poder otomano, e passam a reinterpretar o mundo em termos árabes, bem como expressar desejo por novas formas de relacionamento com o Estado e com o mundo externo. As críticas desenvolvidas por eles eram locais e específicas, relacionadas com a qualidade dos serviços governamentais (KEDOURIE, 1970 *apud* KRAMER, 1993). Essa consciência nacional é responsável pelas

primeiras articulações sociopolíticas por autonomia, pautadas na imaginação – a partir de discursos e entendimentos de um passado pré-islâmico – de uma nação árabe independente. Assim,

a integração relativamente fraca da sociedade palestina sob o regime otomano, assim como suas fronteiras vagas e uma muito obscura diferenciação das populações árabes em torno, poderia explicar parcialmente as dificuldades que a sociedade palestina teve em criar para si mesmo uma identidade coletiva coerente. [...] Por outro lado, as muitas semelhanças que os palestinos árabes têm com seus vizinhos (mesma língua e religião da maioria, história e costumes compartilhados etc.) tornaram uma orientação pan-arabista provável e facilmente legitimizada, mas também criaram um problema para uma nacionalidade palestina independente. (DEMANT, 2001, p. 232)

Hourani (2006) argumenta que, ainda que houvesse sinais de movimentos nacionalistas anteriores a esse período, elas se baseavam em algo anterior e mais forte: o desejo de sociedades já estabelecidas de manter sua liberdade e autonomia. O nacionalismo enquanto mobilizador político ganha destaque na região apenas nas últimas décadas do século XIX. Entretanto, esses ideais demoraram para se transformarem em uma plataforma política coesa, possibilitando um plano de ação efetivo e coerente (PAPPÉ, 2004). Dessa forma, o nacionalismo – bem como o reformismo islâmico e otomanismo – é, neste momento, ideia de uma minoria urbana educada, normalmente, em missões europeias (HOURANI, 2006). O nacionalismo foi o ideal mais aceito do que outros conceitos políticos europeus. As sobreposições entre religião e classe social no Império Otomano “congelou” as identidades coletivas dentro de padrões religiosos e nacionais mais antiquados” (DEMANT, 2001, p. 207-208), assim as revoltas populares na Palestina estavam articuladas com oposições religiosas ou centradas em discursos sobre o imperialismo ocidental.

Tal nacionalismo não focava suas atenções no poder europeu, e na reação contra ele, mas nos problemas relativos às identidades e a organização política no Império Otomano. Conforme Pappé (2004) aponta, a nobreza foi a primeira classe social a ter contato, através da imprensa egípcia, libanesa e turca, de fato com as ideias sionistas e suas atuações na região. Entretanto, ainda não há a coesão nacional necessária para que os indivíduos se sentissem impelidos a atuarem em conjunto. O antagonismo entre clãs e famílias, assim como, fortes contrastes regionais são fatores que auxiliaram para a falta de uma frente coesa para resistir aos avanços sionistas (DEMANT, 2001). Assim, “fatores internos, resultantes em grande parte da natureza da estrutura social da Palestina nos

séculos XIX e XX, também contribuíram para manter os palestinos em um estado de dependência até os dias atuais” (KHALIDI, 1997, p. 24, tradução nossa). Isso decorria do fato de que

enquanto na primeira parte do século XX, Jaffa e Haifa eram as cidades de crescimento mais rápido e eram os focos comerciais e econômicos do país, bem como centros de vida intelectual e cultural e de imprensa atividade (e em 1948 tinha a maior população árabe de todas as cidades do país - maior ainda do que Jerusalém), Jerusalém, Nablus, outras cidades e vilas das colinas tendiam a dominar a vida política. A implicação é que a política palestina tendeu a ser mais influenciada por essas áreas montanhosas, onde as perspectivas religiosas, de clã, família e paroquiais eram mais prevalentes, do que pelas cidades costeiras onde associações da classe trabalhadora, grupos radicais urbanos e religiosos, interesses comerciais e empresariais, e as organizações intelectuais e sociais foram as mais ativas (KHALIDI, 1997, p. 26, tradução nossa).

A política local passa a ganhar destaque na vida dos habitantes urbanos. Os organismos representativos e legislativos são progressivamente mais requisitados para defender o bem-estar da população. A imprensa passa a desempenhar um papel importante na estrutura social e política da região, apesar de sua estrutura precária e dependência financeira de seus proprietários. Como, por exemplo, o “Filastin [que] na década de 1930 apoiou o Partido de Defesa Nacional patrocinado pela família Nashashibi, que mantinha contato próximo com o emir da Transjordânia e defendia uma Palestina independente” (ABU-GHAZALEH, 1972, p. 56, tradução nossa). Esses novos veículos de informação criaram um universo de discurso em árabe que interligava as camadas mais educadas da sociedade. O mandato britânico havia tornado o árabe a língua oficial, fortalecendo os vínculos entre os falantes.

## O FILASTIN E AS FAMÍLIAS NOTÁVEIS

Os jornais multiplicaram-se, bem como a produção de livros didáticos por editoras do Cairo e Beirute (HOURANI, 2006). Assim, a elite passou a compreender o “poder que tinha a palavra impressa e, ainda que desempenhasse um papel secundário na política do país, eles conseguiram utilizá-la criando periódicos que difundiam sua visão do futuro entre seus pares” (PAPPÉ, 2007, p. 123, tradução nossa). O nacionalismo cultural, ainda em fase de desenvolvimento, passa a exercer grande influência na sociedade palestina. A ideologia nacional passou a constituir um laço poderoso entre aqueles que compartilhavam de visões e entendimentos sobre a sociedade, bem como o passado, semelhantes. Entretanto, segundo Pappé (2007), aqueles que manifestavam esse sentimento a princípio,

mantiveram seu estilo de vida anterior, oferecendo pouca solidariedade e compromisso concreto com a causa.

Conforme Abu-Ghazaleh (1972) aponta, a ideologia nacionalista, assim como na Europa, inicia seu desenvolvimento a partir de pequenos grupos. Nesse sentido, duas instituições são essenciais na proliferação desses conceitos entre a elite: sistema escolar e os clubes culturais. O ensino era realizado quase que inteiramente em árabe, oferecendo grande ênfase na língua, na literatura, na história e, principalmente, em escolas particulares, na cultura árabe. Além disso, “o ensino da história europeia familiarizou a juventude com os conceitos ideológicos ocidentais, como o nacionalismo” (ABU-GHAZALEH, 1972, p. 39, tradução nossa). Já os clubes funcionavam como uma espécie de continuidade sociocultural após a formação escolar. Apesar das diferenças entre eles, os clubes tipicamente possuíam comitês literários, políticos, atléticos e bibliotecas. Entre as principais atividades estavam palestras e clubes de discussão, normalmente patrocinados pelos comitês. Os temas mais centrais desses encontros eram os problemas sociais e econômicos da sociedade árabe, o perigo do sionismo, pan-arabismo e imperialismo ocidental. Esses grupos,

costumavam examinar determinado episódio retirado da história dos árabes ou dos acontecimentos contemporâneos da Palestina e de outros países árabes. Em ocasiões frequentes, esses grupos costumavam discutir livros que tratavam de alguns aspectos do nacionalismo árabe (ABU-GHAZALEH, 1972, p. 44, tradução nossa)

Ou seja, conforme Kramer afirma, com a expansão da educação e da imprensa a mensagem do nacionalismo entra, gradualmente, na arena pública. Assim, o discurso político passa a ser majoritariamente composto por temas relativos à nação, antigas lealdades perdem força e espaço. Os novos ativistas nacionais palestinos se utilizam da imprensa para movimentar as primeiras multidões no primeiro aniversário da Declaração de Balfour (PAPPÉ, 2007). Entretanto, apesar da capacidade de mobilizar as massas para manifestações e greves, as elites não organizaram uma base política mais consistente que pudesse oferecer estrutura para um futuro Estado palestino.

## O NACIONALISMO E A TERRA NO MANDATO BRITÂNICO

Pappé (2007) aponta que o movimento nacional palestino passou a criar um forte vínculo entre nacionalidade e localidade – ou patriotismo local –, para criar uma oposição



à compra de terras pelos judeus. Entretanto, a aquisição de terras por imigrantes europeus continua no período do Mandato Britânico. A imigração judia é encorajada, ainda que em certos limites estipulados pelo governo britânico – supostamente, o número de imigrantes que o país poderia suportar, mas também um número intermediário entre as exigências sionistas e árabes. Segundo Hourani, nesse período há um grande desenvolvimento da população judaica na Palestina – de 11% em 1922 chega a 30% em 1949. Esse desenvolvimento decorre de grandes investimentos, tanto individuais quanto institucionais, para a formação do lar nacional judaico. Parte dele inserida em estruturas básicas decorrentes da imigração, como projetos industriais de eletrificação, materiais de construção, processamento e distribuição de alimentos e, principalmente, compra de terras. Apesar de, no início da década de 1940, 20% da terra cultivada ser propriedade do Fundo Nacional Judeus, apenas 10% da população judia vivia na terra. O judeu palestino típico é urbano e passa a viver em Jerusalém, Haifa ou Tel Aviv. Cohen-Hattab (2004 *apud* STANTON, 2018) argumenta que os sionistas desse período viam o turismo como uma arma política que, se exercida com eficácia, convenceria os turistas a apoiar a causa sionista e ofereceria apoio e legitimidade às suas demandas junto ao governo inglês.

Conforme Hourani apresenta, desde o início do mandato britânico havia um clima instável e a administração tinha a clareza da dificuldade de estruturar um governo que agradasse tanto os habitantes árabes quanto os sionistas, principalmente em relação aos fluxos de imigração judaica. Na década de 30, com a ascensão do nazismo na Alemanha, os sionistas aumentam a pressão para que a Inglaterra permitisse maior fluxo de imigrantes, com isso, os “refugiados do nazismo adicionaram a esse complexo uma camada de pensamento científico, geralmente positivista, com um verniz de alta cultura centro-europeia” (DEMANT, 2001, p. 212).

Nesse período, a produção literária, especialmente de contos e romances, começa a crescer e se tornarem comuns na região. Os romances possuem menos popularidade, buscavam reproduzir as formas literárias europeias e tratavam essencialmente de amor. Já os contos dos escritores palestinos refletiam sobre o contexto que viviam, retratando questões sociais como laços familiares, pobreza, transformação dos hábitos, a urbanização e os impactos da imigração judaica (ABU-GHAZALEH, 1972).

## A REVOLTA ÁRABE DE 1936-1939

A partir de 1936, a oposição árabe começa a estruturar-se em um movimento político sob a forma de insurreição armada. Assim como, novas ações de militância armada judia. Isto é, “o ressentimento árabe com a imigração judaica, que foi expresso em 1929 por ataques a assentamentos judeus, finalmente explodiu em uma rebelião armada contra os britânicos que durou de 1936 a 1939” (ABU-GHAZALEH, 1972, p. 53, tradução nossa). Esse ressentimento decorrida, em grande parte, do fato de que “os sionistas estavam no caminho certo para criar uma economia sionista separada na Palestina, da qual a população indígena estava amplamente excluída” (KAMRAVA, 2013, p. 88, tradução nossa). As lideranças descobriram, nesse ponto, o potencial explosivo da privação econômica e da desapropriação política (PAPPÉ, 2007). Entretanto, esse processo e a “recusa palestina em fazer qualquer tipo de acordo, tudo isso tendeu a fortalecer os judeus mais do que a enfraquecê-los” (DEMANT, 2001, p. 233). Tal revolta começou como uma greve geral em abril de 1936, como resposta ao assassinato retaliatório de dois palestinos pelo *Haganah*. A fase inicial da greve durou seis meses, encorajando o aprofundamento da natureza exclusivista de economia sionista emergente. “Mas antes que a greve terminasse, uma rebelião violenta e espontânea começou e em 1938 varreu quase toda a população árabe da Palestina” (KAMRAVA, 2013, p. 89, tradução nossa).

Diante das pressões para oferecer uma resolução à questão, a Grã-Bretanha apresentou no ano seguinte um plano para dividir a Palestina em dois estados, um árabe e outro judeu – resolução aceita apenas pelos sionistas. Essa resolução incluía

a possibilidade de “transferência” da população árabe para fora do território onde seria criado o Estado judeu. A região delimitada para o Estado judeu somava 20% da Palestina histórica e incluía as cidades de Jaffa, Acre, Haifa e Nazaré. A região em torno de Jerusalém continuaria sob o governo do Mandato Britânico e o restante do país, cerca de 70%, permaneceria árabe (CLEMESHIA, 2008, p. 174).

Já em 1939, um Documento Branco apresentava a proposta para o estabelecimento de um governo árabe, com limitação da imigração e da compra de terras por judeus – aceitável para os árabes, apesar de proporem algumas modificações, mas recusado pela comunidade judaica, compreendida como uma medida que impediria o estabelecimento de um Estado judeu.



## ASPECTOS DO NACIONALISMO PALESTINO NESSE PANORAMA

Os movimentos nacionalistas árabes eram pensados em uma chave de revolta em relação ao presente e ao passado imediato, buscando bases nas memórias coletivas de um passado distante, a partir das quais as recentes descobertas arqueológicas podiam oferecer legitimação. Segundo Demant (2001), diversos autores nacionalistas palestinos articulavam suas narrativas nacionais às fontes pré-árabes. Como, por exemplo, os antigos cananeus, articulando questões contemporâneas a uma suposta luta milenar no mesmo território. Nessas narrativas,

o passado é geralmente romantizado. O passado que o nacionalismo tenta trazer de volta à história é um passado distante e magnífico, reinventado por movimentos nacionais como o berço ou dealbar de sua existência, para reclamar o seu domínio sobre o presente. [...] O passado “antigo”, tão importante para os movimentos nacionais, parece-me irrelevante para a maioria das pessoas. (PAPPÉ, 2004, p. 37)

Os historiadores árabes produzem uma ampla gama de livros que tratavam de temas diversos: “islã, instituições e civilizações muçulmanas, biografias de árabes proeminentes, arqueologia, história local, nacionalismo árabe e história europeia” (ABU-GHAZALEH, 1972: 57. Tradução nossa). Nessas produções, a consciência nacional é fomentada através de glorificações de heróis e construções idílicas sobre o passado. Tentava-se “inculcar em seus leitores o amor pelas gerações passadas e estimulá-los a construir um novo mundo árabe à imagem do antigo” (ABU-GHAZALEH, 1972, p. 57, tradução nossa). Ainda nesse aspecto, a era dos cruzados teve um significado simbólico especial nas narrativas palestinas, oferecendo paralelos com o panorama enfrentado naquele momento (ABU-GHAZALEH, 1972). Assim, havia uma tendência geral de focar nas conquistas árabes na história, apresentando-a como continuidade, em que a sociedade árabe era homogênea e indivisível ao longo dos tempos.

Heidemann (2013) argumenta que nos estados pós-coloniais, os passados reinventados reforçam a coesão nacional. A retórica histórica legítima as ideologias e identidades em populações étnicamente e religiosamente diversas. Entretanto, é essencial que os símbolos resgatados sejam emocionalmente significativos e tenham impacto no público. As nações modernas frequentemente desenvolvem suas identidades nacionais a partir de identidades preexistentes como religião, idioma, memórias coletivas, mitos de origem, costumes.

Nos movimentos nacionalistas árabes, segundo Hourani, há de forma mais ou menos evidente 3 elementos: o árabe, o islã e o secularismo. Com o objetivo de estruturar um Estado moderno florescente, a língua árabe era um meio de expressão amplamente conhecido e poderia oferecer um ponto de coesão importante. Apesar da aparente necessidade de separação entre religião e política para a formação de uma nação moderna, a ênfase em laços culturais comuns passa, inevitavelmente, pelas práticas socioculturais do Islã. Esse nacionalismo entendia que a nação deveria abarcar pessoas de diferentes religiões e que a política deveria ter como base os interesses do Estado. Afirmavam que a vontade da nação deveria ser expressa por uma constituição, estabelecida por representantes eleitos. A educação popular poderia capacitar a nação para a participação social e política plena. O desenvolvimento industrial era parte essencial para o desenvolvimento de uma nação forte. Esses objetivos serviram, por conta de sua simplicidade, para a aglutinação de várias perspectivas. Entretanto, serve como base para o desenvolvimento do Pan-Arabismo, objetivando uma união entre os países árabes como uma forma de libertar-se da dominação ocidental. Assim, "O nacionalismo árabe, antes inspirado pelo liberalismo do Ocidente, começou a se redefinir como uma negação de seu imperialismo" (KRAMER, 1993, p. 179, tradução nossa).

Ahmad Kamal (1939 *apud* ABU-GHAZALEH, 1972), palestino membro do Partido da Independência, enfatizava a coesão oferecida pelo árabe enquanto língua e herança cultural. Para ele, o nacionalismo árabe foi fortalecido por quatro elementos que vêm à tona com o final da Primeira Guerra Mundial: anti-imperialismo, aceleração dos meios de comunicação que estabelecia maior contato entre os diferentes povos árabes, a consciência nacional árabe, solidificada pelo renascimento cultural e, finalmente, a religião que unia todos os árabes culturalmente. Assim, a unidade árabe estava determinada a acontecer. Esse movimento teve de focar sua atuação

não apenas contra o imperialismo, mas também contra os próprios pretensos árabes. Nem todos eles estavam ansiosos para ser árabes, e alguns professavam abertamente ser outra coisa. Nesses casos, o nacionalismo árabe atribuiu a si mesmo a tarefa de educá-los para uma identidade árabe, de preferência por persuasão, mas se necessário por compulsão (KRAMER, 1993, p. 181, tradução nossa).

Segundo Kamrava, as manifestações do arabismo diferiam de região para região em intensidade, origem e carácter. Essas expressões políticas perdem força por alguns anos por

conta do colonialismo europeu, que redesenha as fronteiras do Oriente Médio de acordo com sua conveniência. Entretanto, é como reação a ele que intelectuais árabes passam a articular sentimentos nacionalistas através da publicação de livros e periódicos. Dessa forma, a partir da década de 1940, quando se observa as primeiras evidências do fim dos mandatos, o nacionalismo árabe ganha a oportunidade de afirmar-se politicamente, aplicando essas ideologias em suas respectivas nações. Stanton (2018) argumenta que a criação de fronteiras nacionais, submetidas a administrações separadas, com regimes tributários e moedas distintas, auxiliaram no desenvolvimento de imaginários nacionais específicos para cada país. Isto é,

as fronteiras políticas impostas aos palestinos após o desmembramento do Império Otomano passaram a ser adotadas como fronteiras de identidade política, especialmente desde que a criação da nova entidade, parte integrante do projeto nacional judeu da Grã-Bretanha, envolveu uma clara ameaça ao *status quo* demográfico. Essa ameaça, que constituiu uma experiência coletiva compartilhada e distinta, resultou na politização de um "particularismo palestino" que coexistia com outras identidades coletivas, como identidades religiosas e locais, além do nacionalismo árabe (SOREK, 2013, p. 7, tradução nossa).

Entretanto, com o crescente fluxo de imigração de judeus para a região, os nacionalistas árabes na Palestina passaram a defrontar-se com uma situação única. O sionismo na região não era apenas um exercício intelectual, era um projeto prático baseado na conquista permanente da terra (PAPPÉ, 2007). Por conta disso, desenvolve-se uma orientação cada vez mais especificamente Palestina (ABU-GHAZALEH, 1972).

## CONCLUSÃO

A escrita árabe ofereceu grande visibilidade ao movimento nacionalista árabe. Entretanto, apesar de os escritores árabes palestinos também estarem interessados no movimento nacional árabe, o sionismo e o imperialismo pareciam mais urgentes. O trabalho desses escritores e intelectuais contribuíram para delimitar os limites dentro dos quais imaginários desenvolvidos entre a elite nacional, sendo a expressão de um sentimento existente, majoritariamente, entre os mais educados. Dessa forma, conforme Demant (2001) aponta, é difícil observar uma identidade nacional Palestina coesa e coerente antes do contato com o sionismo. Apesar de tendências nacionais e patrióticas anteriores, o sionismo foi responsável por diferenciar a experiência Palestina dos demais países árabes. Para os palestinos, o sionismo foi responsável, ainda antes de se estabelecer

em Israel, por profundas experiências de privação política e econômica. Isto é, o desejo por independência era estimulado pelos sentimentos pan-arabistas, em que as experiências cotidianas ajudaram a criar a ideia da especificidade da experiência palestina.

Nesse sentido, conforme Khalidi (1997) aponta, os palestinos desse período não deveriam apenas moldar sua identidade e configuração política a parte de um poder colonial europeu, mas também lidar com o movimento sionista. Visto, por eles, como um elemento estrangeiro que desafiava seus direitos nacionais e, principalmente, questionavam sua própria existência como palestinos. Entretanto, nesse período as identidades palestinas e árabe se sobrepõem com outras, como Khalidi argumenta:

a existência de sentidos de identidade sobrepostos — incluindo lealdades transnacionais, religiosas, locais, familiares e de estado-nação — é esperada em políticas como esses estados árabes, onde novas narrativas nacionais se desenvolveram no contexto da existência de muitas lealdades separadas (KHALIDI, 1997, p. 20, tradução nossa)

É nesse sentido que boa parte do discurso sionista se baseia para afirmar a falta de um povo palestino e, conseqüentemente, uma expressão nacionalista. Para eles, os moradores árabes da região se identificariam com a população árabe de forma mais geral. Kamrava argumenta que grande parte dessa negação se baseava na necessidade política de despovoar a Palestina, transferindo essa população para os países vizinhos e abrindo espaço para os novos imigrantes judeus. Entretanto, esse discurso também partia da falta de reconhecimento do nacionalismo árabe e palestino, por conta de sua natureza substancialmente diferente do nacionalismo ocidental. Isto é, no Ocidente, o nacionalismo era historicamente unidimensional, com foco e orientação única – uma nação, um líder, um território bem definido, um conjunto de símbolos nacionais. O nacionalismo árabe e seus derivados foram fenômenos multidimensionais, com foco e orientação mais difusos. Assim, o nacionalismo se desenvolvia em camadas sobrepostas de lealdades mais ou menos enfatizadas, com nuances que diferiam muito entre a população.

Conforme Sorek (2013) argumenta, as distintas identidades podem se completar ou competir por importância e prioridade. Nesse momento, as fronteiras entre o nacionalismo árabe e palestino eram extremamente porosas. Assim, “o ‘particularismo palestino’ se refere aqui à tendência de priorizar a solidariedade palestina sobre a identificação pan-árabe ou islâmica, e não uma aspiração de substituir uma pela outra” (SOREK, 2013, p. 7, tradução nossa). Nesse sentido, apesar dos habitantes árabes não compartilharem a mesma

religião e terem pouca diferenciação sociocultural com os países vizinhos, “elementos pré-modernos da memória coletiva palestina, como a sombra das cruzadas e a glória da vitória de Saladino, constituíam apenas ‘matéria-prima’ útil para a produção de uma identidade nacional” (SOREK, 2013, p. 7, tradução nossa). Entretanto, para fazer frente ao sionismo e oferecer bases culturais e identitárias para uma estrutura nacional coesa era necessário algo mais elaborado. Em decorrência disso,

calendários e mártires tiveram apelo especial aos nacionalistas palestinos. Esses elementos visavam unificar muçulmanos e cristãos, moradores e moradores urbanos e diversas regiões geográficas e, ao mesmo tempo, nutrir uma identidade coletiva palestina distinta. Embora mártires e calendários políticos também servissem para cultivar o nacionalismo árabe ou o orgulho islâmico na Palestina, novos calendários e mártires foram menos cruciais para nutrir essas identidades. (SOREK, 2013, p. 7, tradução nossa).

Entretanto, é a partir dos eventos de 1948 que aproximam, de fato, os palestinos em termos de uma consciência coletiva capaz de se sobrepôr às demais. Nesse sentido, essa experiência, bem como “seu impacto em diferentes segmentos do povo palestino, ainda é um tópico comum de discussão entre palestinos de diversas origens e gerações e, em última análise, uma fonte potente de crenças e valores compartilhados” (KHALIDI, 1997, p. 22, tradução nossa). Apesar disso, os escritos pré-1948 desempenharam um papel essencial na gestão desses sentimentos, em que a consciência nacional se espalhou pelos diversos grupos socioculturais árabes. Assim, os temas discutidos na mídia impressa se tornaram local comum no pensamento político palestino pré-1948, em que o nacionalismo secular enfatizava a unidade entre os árabes de origens socioeconômicas e religiosas distintas. Além disso, a desconfiança para com o Ocidente e a insistência do nacionalismo como um plano de ação permanecem presentes nos discursos contemporâneos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-GHAZALEH, Adnan. Arab cultural nationalism in Palestine during the British mandate. **Journal of Palestine Studies**, v.1, n.3, p. 37-63, 1972.

CLEMESHA, Arlene E. Palestina, 1948-2008. 60 Anos de Desenraizamento e Desapropriação. **Tiraz**, v. 5, p. 167-189, 2008.

DEMANT, Peter. “Identities israelenses e palestinas: questões ideológicas”. *In*: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Org.). **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: UNESP, 2001.

HEIDEMANN, Stefan. “Memory and ideology: images of saladin in syria and in Iraq”. *In*: GRUBER, Christiane; HAUGBOLLE, Sune (Org.). **Visual Culture in the Modern Middle East: Rhetoric of the image**. Indiana: Indiana University Press, 2013, p. 57–81.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Editora Companhia das Letras, 2006.

KAMRAVA, Mehran. **The Modern Middle East – A Political History Since the First World War**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2013.

KHALIDI, Rashid. **Palestinian identity: the construction of modern national consciousness**. New York: Columbia University Press, 1997.

KRAMER, Martin. Arab Nationalism: Mistaken Identity. **Daedalus**, v. 22, n. 3, p. 171–206, 1993.

PAPPE, Ilan. **História da Palestina moderna: Uma terra, dois povos**. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

PAPPÉ, Ilan. **Historia de la Palestina moderna: un territorio, dos pueblos**. Madri: AKAL, 2007.

SOREK, Tamir. Calendars, Martyrs, and Palestinian Particularism under British Rule. **Journal of Palestine Studies**, v. 43, n. 1, p. 6–18, 2013.

STANTON, Andrea L. Locating Palestine’s Summer Residence: Mandate Tourism and National Identity. **Journal of Palestine Studies**, v. 47, n. 2, p. 44–60, 2018.